

QUESTÕES DE LÍNGUA NO BRASIL OITOCENTISTA

CUESTIONES DE LENGUA EN EL BRASIL DE MIL OCHOCIENTOS

LANGUAGE ISSUES IN BRAZIL'S NINETEENTH CENTURY SOCIETY

Hosana dos Santos Silva*

Universidade Federal de São Paulo

Marilza de Oliveira**

Universidade de São Paulo

RESUMO: Neste estudo, analisamos os usos linguísticos de grupos sociais letrados brasileiros, no final do século XIX e início do XX, assim como os elementos sociais, políticos e culturais que atuaram como estratificadores sociais e linguísticos na sociedade do pós-independência. Desse modo, consideramos os processos de reestruturação das elites nacionais em torno da constituição do Estado, em meio às lutas travadas na afirmação das nacionalidades, especialmente no que se referem às ações em favor da autonomia linguística brasileira. Da perspectiva estritamente linguística, analisamos os padrões empíricos de ordenação dos clíticos pronominais (cf. SANTOS SILVA, 2012; OLIVEIRA, 2011, 2013). Os resultados do estudo evidenciam que, nesse contexto de múltiplas disputas, formam-se no Brasil diferentes variedades linguísticas cultas, emanadas de usos coletivos distintivos e legitimadas mediante a ação dessas mesmas elites letradas. Ficam em evidência os efeitos de um processo que se realiza não pela decalcação das normas lusitanas, mas pelo ajustamento dos usos linguísticos socialmente valorizados à realidade sociocultural e política propriamente brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: português brasileiro; norma linguística; autonomia linguística.

RESUMEN: En este estudio, analizamos los usos lingüísticos de grupos sociales letrados brasileños, al final del siglo XIX e inicio del XX, así como los elementos sociales, políticos y culturales que actuaron como formadores de estratos sociales y lingüísticos en la sociedad de la post-independencia. De este modo, consideramos los procesos de reestructuración de las élites nacionales en torno

* Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: hosana.santos@unifesp.br.

** Doutora em Letras pela Universidade de Campinas. Professora Titular do Departamento de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: marilza@usp.br.

a la constitución del Estado, en medio a las luchas trabadas en la afirmación de las nacionalidades, especialmente en lo que se refiere a las acciones a favor de la autonomía lingüística brasileña. Desde la perspectiva lingüística, analizamos fundamentalmente la posición de los clíticos pronominales (cf. SANTOS SILVA, 2012; OLIVEIRA, 2011, 2013). Los resultados evidencian que, en este contexto de múltiples disputas, se forman en Brasil diferentes variedades lingüísticas cultas, emanadas de usos colectivos distintivos y legitimadas mediante la acción de esas mismas élites letradas. Quedan en evidencia los efectos de un proceso que se realiza no por el calcado de las normas lusitanas, sino por el ajuste de los usos lingüísticos socialmente valorizados a la realidad sociocultural y política propiamente brasileñas.

PALABRAS CLAVE: portugués brasileño; norma lingüística; autonomía lingüística.

ABSTRACT: In this study we have analyzed the Brazilian educated social groups' linguistic uses in late 19th Century and early 20th Century, as well as the social, political and cultural elements that promoted a social-linguistic stratification in the post-independence society. With that, we have considered the restructuring processes of the national elites during the constitution of the Brazilian State amidst all struggles to consolidate the nationalities, especially when it comes to actions in favor of the Brazilian linguistic autonomy. Under a strictly linguistic perspective, we have investigated the pronominal clitics placement's patterns (cf. SANTOS SILVA, 2012; OLIVEIRA, 2011, 2013). The results of the present study emphasize the formation of different varieties of Brazilian Portuguese standards, emanated from distinctive collective uses and legitimized by the same educated elites. These results show the effects of a process that exists not due to the imposition of modern European Portuguese, but rather by the adjustment of socially valued linguistic uses to the Brazilian socio-cultural and political realities.

KEYWORDS: brazilian portuguese; linguistic norm; linguistic autonomy.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XIX, boa parte da intelectualidade brasileira empenhava-se na constituição (ou firmção) das nacionalidades (cf. SERPA, 2000). O corolário desse processo foi a busca pelas *coisas* do Brasil e, conseqüentemente, o maior distanciamento da cultura portuguesa. À época, os ideários nacionalistas enredaram a luta pela autonomia e autoridade lingüísticas, donde um conflituoso discurso acerca da língua veio expor os preconceitos e ideologias das classes dominantes.

As primeiras discussões acerca da língua do Brasil surgem no primeiro quartel do século XIX. De fato, Pedra Branca (1824-1825) trata como “idioma brasileiro” a língua falada na jovem nação, confirmando, assim, o sentido das diferenças entre os usos lingüísticos de brasileiros e portugueses (PINTO, 1978).

A exposição dessas diferenças evidencia o caráter oficial da língua portuguesa no Brasil e sinaliza um conjunto de mudanças processadas nessa sociedade, especialmente no que se referem aos efeitos da separação sociocultural e política entre Brasil e Portugal. Ademais, o discurso que opõe a língua brasileira à portuguesa facilita o agrupamento – pela semelhança – de usos lingüísticos semelhantes. Embora essa operação pareça contraditória, as comparações tendem a alimentar uma dupla relação entre o português europeu e o brasileiro: de afluência e dispersão, de unidade e diferença; de continuidade e interrupção da língua portuguesa no Brasil. Isso desferiu o derradeiro golpe nas línguas minoritárias (indígenas e africanas), excluídas desses debates e relegadas à condição de línguas outras, não brasileiras.

No curso do processo de emancipação cultural, essa discussão toma corpo e passa a ser tratada na esfera sócio-política e de algum modo vinculada aos projetos nacionalistas. Assim, não somente a diversidade dos usos, mas as disparidades ideológicas sustentam, no correr do século XIX, duas linhas de pensamento: uma que confere autonomia ao português brasileiro e outra que postula a vigência da língua portuguesa no Brasil (cf. PINTO, 1978).

No interior desse debate essencial, levantam-se questões acerca da legitimidade dos usos linguísticos de brasileiros. A discriminação linguística recai, nesse caso, não somente nas camadas socialmente desvalorizadas, mas também nos grupos letrados, que vêm corporificando as variedades linguísticas ainda não legitimadas.

É bem verdade que, no limite, o caráter das oposições entre os grupos opositores é questionável, já que os antagonismos tendem a se decompor na exposição de suas próprias bases ideológicas, as quais terminam por apender os discursos contrários, isto é, a despeito da busca pela autonomia linguístico-cultural, ambos os grupos rejeitam a variedade popular, ao mesmo tempo em que reconhecem e reproduzem o prestígio do português europeu. Isso é outro modo de dizer que os discursos paralelos são articulados pela própria dinâmica dos debates e de seus efeitos no processo de nacionalização da língua no Brasil.

Certamente o funcionamento social não previa a correção da fala da população dita inculta, mas a legitimidade e a uniformização dos usos linguísticos dos letrados (PAGOTTO, 1998; BAGNO, 2004; FARACO, 2004; LIMA, 2008). Tanto que parte dos intelectuais chamados dialetistas, partidários das ideologias nacionalistas, defendia a ideia de que o português brasileiro oral se distinguiu por uma hibridez nociva, resultante do contato com as línguas indígenas e africanas. Para Paulino de Brito (1908)¹, por exemplo, atribuir valor à fala popular corresponderia a “dar foro de cidade à gramática dos negros”²:

[...] há brasileirismos e brasileirismos. Os que são erros não têm defesa, mesmo sendo de uso freqüente, por ignorância ou por desídia. É o que acontece com o pronome nominativo como complemento: conquanto comum na linguagem popular e familiar, nunca foi adotado por nossos escritores [...]. Se os brasileirismos de colocação, de que nos ocupamos, fossem desta ordem, a discussão seria ociosa, não havendo a menor dúvida de que deveriam ser proscritos da boa linguagem; mas não o são, isso é, não são incorreções [...] (BRITO, 1908, p.36).

A busca pela legitimidade do chamado português culto brasileiro levou, portanto, à rejeição consciente das marcas linguísticas que caracterizavam o português oral e garantiu uma formatação específica das variedades linguísticas cultas no Brasil.

Dando continuidade a essas discussões, neste estudo procuramos apreender alguns traços da escrita dos letrados brasileiros, nas últimas décadas do século XIX e início do XX, com o fim de evidenciar as características específicas dos usos linguísticos desses grupos sociais.

Os fatos linguísticos focalizados nessa análise são os padrões empíricos de ordenação dos clíticos pronominais, especialmente com base nos dados de Santos Silva (2012) e Oliveira (2011, 2013). Nossa hipótese é a de que, no contexto de disputa pela autoridade linguística, formam-se no Brasil diferentes variedades cultas, emanadas dos usos coletivos distintivos e legitimadas mediante a ação dos grupos letrados brasileiros nos processos de normatização linguística. Constata-se, desse modo, os efeitos de um processo que se realiza não pela decalagem das normas lusitanas, mas pelo ajustamento dos usos linguísticos socialmente valorizados à realidade sócio-cultural e política do Brasil.

Assumindo uma perspectiva de análise interdisciplinar, nosso estudo se desenvolve com esteio em discussões formuladas no campo da Sociolinguística e da História, especialmente os estudos de Pinto (1978), Pagotto (1998), Lima (2008), Rodrigues (1993), Schwarcz (2008 [1993]) e Almeida (2012), articulados à Sociologia da Linguagem (BOURDIEU, 2008, 2009).

¹Paulino de Almeida Brito (Manaus, 9 de abril de 1858 — Belém, 17 de julho de 1919), bacharel em Direito, gramático, escritor, jornalista e professor.

²O texto de Paulino de Brito, intitulado “Brasileirismos de colocação de pronomes”, se apresenta como uma resposta aos artigos publicados no *Jornal do Comércio* pelo gramático português Cândido Figueiredo, no início do século XX.

2 TEMPO DAS DIVERSIDADES

A literatura linguística costuma apontar o século XIX como tempo-lugar de concretização da gramática do português brasileiro. Conforme propõe Tarallo (1993), o assentamento dessa nova gramática é condizente com as circunstâncias socioculturais que marcaram o final dos oitocentos. O esgotamento do sistema escravista, a intensificação dos movimentos migratórios, a deposição da monarquia e o republicanismo, as urbanizações de diversas cidades e as consequentes alterações das formas de sociabilidade constituem fatos importantes para compreensão desse período.

Pressupomos que as diversas transformações processadas no Brasil do século XIX intensificaram as diversidades sociais e culturais – aspecto refrasado nos estudos historiográficos –, e também as diversidades linguísticas, temática ainda pouco explorada, se tomada numa perspectiva de aproximação entre história, linguagem e sociedade.

Pela correlação entre os fatos linguísticos e sociais, podemos notar que até meados do século XIX a questão da língua esteve diretamente relacionada à construção do Estado Imperial, caracterizado pelo escravismo. Desde seu assentamento, o espaço nacional brasileiro conferiu lugar oficial somente à língua portuguesa, em detrimento das línguas africanas e indígenas; os processos de unificação linguística, iniciados ainda no século XVIII, pelas medidas de vulgarização da língua portuguesa (RODRIGUES, 1993), facilitaram sua oficialização e, conseqüentemente, a clivagem entre falantes e não-falantes do português.

Na sociedade oitocentista, em que a língua portuguesa já adquirira um valor distintivo, se legitimaram as distinções entre “boçais” e “ladinos” – qualificações tracejadas enquanto categorias classificatórias dos grupos sociais (ALMEIDA, 2012), as quais deixam ver não somente as marcas do adestramento social e linguístico a que negros e índios estavam submetidos, mas também dão a conhecer os aspectos políticos e econômicos estruturantes daquele espaço social.

A ação de promulgação da lei Feijó, em 1831, constitui bom exemplo dessas relações. De acordo com os apontamentos historiográficos, a própria lei, voltada ao sustento do tráfico de escravos, concorreu para segregação linguística dos grupos africanos, na medida em que se afigurou como via para habilitação do negro à condição de escravo (ALMEIDA, 2012; CHALHOUB, 2012). Em outras palavras, pela transformação das organizações sociais e jurídicas brasileiras³, em que se fez premente, entre outros aspectos, a distinção entre sujeitos legalmente escravizados e cativos entrados ilegalmente no país, a língua passou a desempenhar uma função distintiva específica no espaço social, de tal modo que as categorias “ladinização” e “boçalidade” foram tomadas como marcadores da condição dos indivíduos escravizados no Brasil:

[...] de todas as características que distinguiam o africano boçal, era a não proficiência na “língua do país” que caracterizaria sua condição de recém-chegado, condição esta que, a partir de 1831, tornou-se ilegal. Além disso, todo africano considerado boçal teria o direito de se tornar “africano livre”, de acordo com o art. I da lei de 1831. Logo, por meio desses dispositivos, o Império atrelava a proficiência do africano na “língua brasileira” à sua antiguidade no território do Brasil, e assim, à noção de propriedade legal (ALMEIDA, 2012, p. 42).

Afora a aplicação do termo para evidenciar as diferenças nas competências linguísticas, essas classificações – ladino e boçal – relacionavam-se às oposições sociais presentes naquela sociedade:

[...] não apenas se esperava que o aprendizado do português fosse uma decorrência natural da estadia do africano escravizado no país, como se imprimia ao processo linearidade, direção e sentido: de “rude” para “destro”, de “sem arte” para “fino”, de “ignorante” para “esperto” e, enfim, de “bárbaro” para “civilizado”. Tais categorias senhoriais, portanto, não deixam de estar, elas mesmas, eivadas de significados ideológicos e etnocêntricos, na medida em que estigmatizam a alteridade do africano, caracterizando-o com qualidades marcadamente inferiores, ao mesmo tempo em que indica, do ponto de vista senhorial, o aprendizado da língua portuguesa

³ Os estudos historiográficos evidenciam o caráter inexequível da Lei Feijó. Todavia, a cláusula que declara livre todos os sujeitos entrados ilegalmente no território brasileiro tem efetiva relevância, já que foi retomada por escravizados e advogados nos pleitos jurídicos para requerimento de alforria (GURGEL, 2008; entre outros).

como o caminho que o habilitava a tomar o lugar a que foi destinado na sociedade imperial: o de escravo (ALMEIDA, 2012, p. 41).

Com a interrupção do contrabando de africanos, a partir da segunda metade do século XIX, e o avanço dos processos de emancipação dos cativos, os problemas referentes à presença de africanos boçais no Brasil cingiram-se a questões mais amplas, relacionadas à inserção de negros livres, libertos e ingênuos em uma sociedade ainda escravista (CHALHOUB, 2012; MAMIGONIAN, 2013). Vale notar, nesse sentido, que o censo de 1872 registrou que 74% dos negros (e mestiços) habitantes do país (4.245.248 pessoas) eram de condição livre; isso correspondia a 47% da população brasileira (CHALHOUB, 2012, p. 229). Ainda conforme Chalhoub (2012), nesse cenário em que se assiste ao esmaecimento das fronteiras entre trabalho livre e escravo, negros livres são escravizados, sujeitos escravizados se passam por livres, africanos livres se apresentam como escravos por temerem o recrutamento militar e/ou a deportação, entre outros problemas engendrados pelo escravismo ilegal.

É importante lembrar que a efetivação dos processos de abolição, com especial relevância à promulgação das leis de 1871 (Ventre Livre) e de 1888 (Abolição), não abalou a rígida estrutura de oposições entre brancos e negros (cf. COSTA, 1999; SCHWARCZ, 2008 [1993]). Não é sem motivo que, nessa mesma época, estendem-se as discussões acerca das habilidades e capacidades dos diferentes grupos raciais. A miscigenação brasileira, comumente observada como fator negativo, concorrente para depreciação da imagem do Brasil e de seu povo (SCHWARCZ, 2008 [1993]), e o ideal de branqueamento da população, avivado com o avanço da imigração europeia, cooperaram para a indefessa inclusão do negro como sujeito de menor valor na sociedade. Nesse processo, os discursos científicos racialistas e racistas, fortemente propalados no Brasil oitocentista, facilitaram a naturalização das desigualdades.

A nosso ver, essas distinções socioculturais e étnicas contribuíram para a definitiva hierarquização das variedades do português em uso no Brasil. Dito de outro modo, na sociedade oitocentista, os princípios de diferenças de competências linguísticas e sociais se solidificaram e nossa realidade linguística se estabeleceu nos termos de uma oposição entre uma variedade de maior valor, observada enquanto língua civilizada, e outra(s) variedade(s) desprestigiada(s) – socialmente classificada(s) como língua de preto, língua de gente selvagem ou, simplesmente, língua estropiada.

Data desse período o crescente apelo de parte dos intelectuais brasileiros aos padrões culturais e linguísticos portugueses. Segundo Pagotto (1998), a sujeição à língua lusitana emerge como estratégia compreensível no conjunto de práticas políticas e ideológicas das elites letradas. O padrão lusitanizante, numa sociedade desigual, cumpriria o papel de acentuar essas oposições linguísticas e sociais:

Afirmar o português do Brasil como gramática possível na língua escrita equivalia a nivelar por baixo, mesmo que uma série de traços da gramática já fizesse parte da fala daqueles que os queriam negar. Como o acesso a esta norma culta se daria somente a partir de rigorosa educação, estava garantido o processo de exclusão (PAGOTTO, 1998, p. 57).

Essa decisão não implica a rejeição do projeto de emancipação cultural e linguística, mas implica a negação de seus limites objetivistas, pela manutenção do vínculo permanente com a ex-metrópole, como medida para garantir ao Brasil alguma cultura de civilização (PAGOTTO, 1998; LIMA, 2003, 2008).

No entanto, a estreita relação com a cultura e língua portuguesa não suprimiu ou minimizou as diferenças entre o português brasileiro e o europeu. Isso porque as diferenças significativas entre a variedade linguística culta e as variedades populares sempre estiveram relacionadas às distinções sociais (SANTOS SILVA, 2012; OLIVEIRA, 2013). Nesse espaço socialmente hierarquizado, os diferentes usos linguísticos – vinculados a diferentes grupos sociais –, tendem a ser mantidos, uma vez que o valor da variante de maior prestígio advém da relação objetiva que a opõe às demais variantes linguísticas⁴.

Afora isso, ainda que o valor das variantes linguísticas propriamente brasileiras tenha permanecido em causa, estabeleceu-se no Brasil uma luta pelo monopólio da imposição de um produto linguístico normatizado (nos termos de Bourdieu, 2008). Nesse processo, parte dos grupos letrados procurou assegurar o valor da especificidade do léxico brasileiro, caracterizado, sobretudo, pela

⁴ Partimos de algumas considerações de Bourdieu (2008) sobre a construção da língua normatizada.

influência das línguas indígenas e africanas; ademais, esse mesmo grupo tratou de arrogar a si o direito de preceituar as normas de representação gráfica da língua usada no Brasil (PINTO, 1978). Quanto aos aspectos sintáticos, a disputa travada envolveu, especialmente, a ordenação dos clíticos pronominais (cf. PINTO, 1978; PAGOTTO, 1993). Isso porque as diferentes maneiras de ordenar os pronomes prevêem uma cisão gramatical entre o PB e o PE. A variação dessas estruturas, da qual nos ocuparemos adiante, foi tratada como problema essencial por letrados brasileiros e portugueses.

3 TRAÇOS DAS VARIEDADES CULTAS BRASILEIRAS

Ao menos desde a década de 1880, momento em que o português brasileiro oral já assentara um padrão proclítico (CYRINO, 1990; PAGOTTO, 1993), brasileiros e lusitanos passaram a debater a questão da ordenação dos clíticos pronominais (cf. PINTO, 1978). Livros, jornais e revistas registraram os traços dessa disputa, que se traduziu em regras linguísticas, questionamentos acerca da autoridade, e conhecimento dos gramáticos em geral e, sobretudo, julgamentos das variedades em uso no Brasil.

No que diz respeito à ordenação dos clíticos, as variedades cultas do português brasileiro, caminhando em direção oposta ao português oral, caracterizou-se pela presença de ênclise, mesmo em contextos não previstos pela gramática lusitana, pelo que a ênclise caracterizadora da variedade culta brasileira não é aquela mesma presente no português europeu.

Oliveira (2011), ao estudar a ocorrência de infinitivas preposicionadas na produção dos escritores românticos brasileiros e portugueses, já evidenciou que, no século XIX, enquanto os lusitanos assumem um modelo dual, com especialização da ênclise em contexto de preposição *a* e próclise com as demais preposições, os letrados brasileiros preferem as construções enclíticas em todos os contextos preposicionados.

Tabela 1: Ênclise em orações infinitivas preposicionadas em cartas de escritores portugueses e brasileiros

Tipo de Preposição	Almeida Garret	Alexandre Herculano	Castelo Branco	Eça de Queirós	Fernando Pessoa	José de Alencar	Álvares de Azevedo
A	100%	100%	100%	100%	100%	76%	95,5%
DE	4%	2,3%	11,6%	0%	4%	87,5%	87,5%
PARA	4,7%	0%	0%	0%	0%	100%	100%
OUTRAS	0%	0%	0%	0%	30%	100%	50%

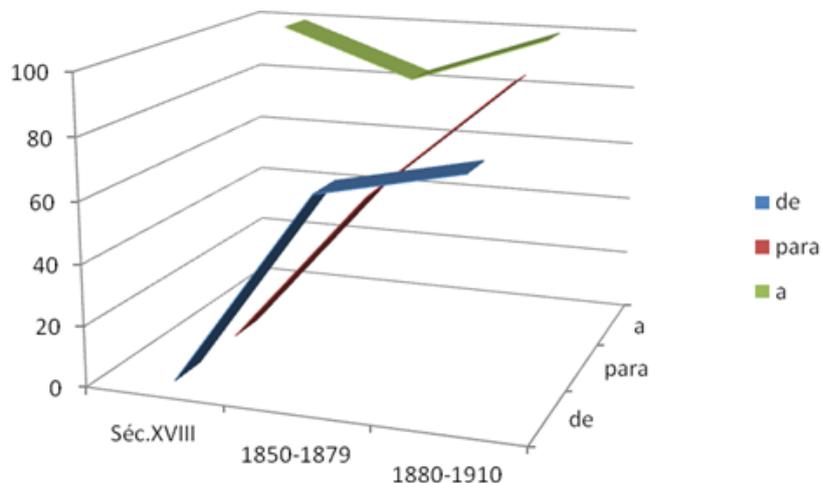
Fonte: adaptado de Oliveira (2011)

A generalização da ênclise entre os românticos brasileiros representou um afastamento consciente do modelo português. Esse quadro passa a sofrer alterações somente no final do século XIX e, especialmente, no início do século XX, quando os modernistas, reclamando uma norma propriamente brasileira, assumem uma escrita predominantemente proclítica (OLIVEIRA, 2011).

Entre os escritores médios⁵, até o século XVIII, os usos linguísticos caminham par e par com o modelo europeu. Mas no correr do século XIX, os sujeitos passam a adotar um outro modelo, já afastado do lusitano.

⁵Oliveira (2013) denomina “escritores médios” os diversos membros das elites sócio-políticas, não literatas. Nesse texto, a autora analisa um conjunto de cartas advindas dos Aldeamentos Paulistas e cartas de diferentes regiões brasileiras, escritas entre 1820 e 1910.

Gráfico 1: Ênclise em correspondências de circulação pública escritas no Brasil



Fonte: Oliveira (2013)

Observa-se que a generalização da ênclise ocorre a partir da metade do século XIX, com total potencialização dessas construções enclíticas na passagem do século XIX ao XX.

Santos Silva (2012, 2013), recortando os usos linguísticos dos intelectuais republicanos paulistas⁶, nesse mesmo período, observa que, assim como os escritores românticos, esse grupo prefere as construções enclíticas para todos os ambientes preposicionados.

Tabela 2: Ênclise e próclise em orações infinitivas preposicionadas na escrita de intelectuais paulistas

Tipo de Preposição	Ênclise		Próclise		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
A	28	87,5%	4	12,5%	32
DE	55	87,3%	8	12,7%	63
PARA	65	78,3%	18	21,7%	83
OUTRAS	17	80,9%	4	19,1%	21
TOTAL	165	82,9%	34	17,1%	199

Fonte: adaptado de Santos Silva (2012)

A ênclise se apresenta, ainda, como opção mesmo em contextos censurados pelo modelo europeu, como em orações negativas ou orações dependentes introduzidas por pronome relativo ou conjunção subordinativa, conforme exemplos a seguir:

1. Aquelle *que indicou-me* o [mercado] parece [homem] competente e serio [...] (PRUDENTE DE MORAES, 1897 apud SANTOS SILVA, 2012, p. 250)

⁶ Santos Silva analisa um conjunto de textos escritos por cinco integrantes do grupo de intelectuais republicanos paulistas: Prudente José de Moraes e Barros (Itu, 4/10/1841 – Piracicaba, 13/12/1902); Manuel Ferraz de Campos Sales (Campinas, 15/02/1841 – Santos, 28/06/1913); João Alberto Sales (Campinas, 24/10/1857 – Monte Alto, 12/03/1904); Francisco de Paula Rodrigues Alves (Guaratinguetá, 07/07/1848 – Rio de Janeiro, 16/01/1919), Júlio César Ferreira de Mesquita (Campinas, 10/08/1862 – São Paulo, 15/03/1917).

2. Saúde e estudo - é o *que desejo-vos* [...] (PRUDENTE DE MORAES, 1897 apud SANTOS SILVA, 2012, p. 250).
3. Outras vezes inconscientemente augmentam por tal forma a intensidade de suas forcas progressivas, exagerando a necessidade das modificações políticas ou sociaes, *que lançam-na* a esses doloros períodos de destruição, que culminam quasi sempre em terríveis crises revolucionarias e que mais servem para esgotar, do que para dar ampla e útil satisfação as forcas de renovação [...] (ALBERTO SALES, 1882 apud SANTOS SILVA, 2012, p. 263).
4. Sr . presidente, *quando inscrevi-me* para este debate, fiz desde logo o proposito de, ao subir a tribuna, abordar immediatamente a questão sem me occupar, siquer incidentemente, de assumptos estranhos a matéria em discussão, e principalmente daquelles que por sua natureza se acham fora da competência desta assemblea [...] (CAMPOS SALES, 1891 apud SANTOS SILVA, 2012, p. 263).
5. Foi o A. Fidelis *quem mandou-me* o recibo com o conhecimento do piano por isso foi elle quem pagou os 2,000 [...] (PRUDENTE DE MORAES, 1897 apud SANTOS SILVA, 2012, p. 263).

Conforme propõe Santos Silva (2012, p. 276), essas construções não devem ser observadas como casos de hipercorreção, ou seja, não se trata de uso linguístico equivocado, “*emprestado*” da norma linguística europeia, mas de usos linguísticos específicos, empregados por letrados brasileiros, em consonância com as condições sociais de produção e reprodução linguísticas. Em meio às lutas pelas identidades, os grupos sociais letrados buscaram legitimar seus próprios usos linguísticos. Assim, não obstante o valor conferido às variedades linguísticas europeias, é sempre a posição dos falantes cultos na estrutura social que ajusta o valor de determinados produtos linguísticos.

No contexto de firmação das identidades e de assentamento da língua nacional brasileira, a opção pela ênclise reflete a estrutura das relações sociais, que confere valor específico a essa variante, sempre nos termos de um mercado linguístico (cf. BOURDIEU, 2008) que controla eficazmente o valor das competências linguísticas. Assim, o emprego sistemático de construções enclíticas por boa parte dos grupos letrados brasileiros não se apresentou como coisa aleatória, mas apensada ao projeto nacionalista, que não deixou de cultivar em sua base um ideal monolíngue, todavia, matizado na jovem nação brasileira (SANTOS SILVA, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura da sociedade brasileira do século XIX possibilitou a competição entre diferentes usos linguísticos coletivos ditos cultos, cunhados a partir de modelos distintos, de parte a parte aceitos pelos grupos letrados. Pelos debates travados no campo da escrita e pelo estudo sociolinguístico dos usos dos diversos falantes, podemos reconhecer as bases de ao menos dois desses modelos, ambos correlacionados às profundas transformações socioculturais que incidiram sobre a sociedade brasileira, notadamente, a constituição do Estado nacional, surgido enquanto Estado imperial escravocrata, que favoreceu toda a sorte de hierarquizações. Desenham-se, nesse contexto, um modelo prestigiado e tradicionalizado em Portugal e outro forjado no Brasil e apensado ao seu projeto nacionalista. Em todo caso a língua é tomada não somente como objeto de comunicação, mas como objeto de reflexão, de ação política e instrumento de poder, à medida que se apresenta como marca identitária dos grupos sociais e, ainda, que se cogita a promoção da homogeneização linguística.

O distanciamento entre os dois modelos é pouco evidente, se analisarmos de modo superficial, por métodos comparativos e quantitativos, a produção linguística dos diferentes grupos letrados. Conforme observamos na seção anterior, parte dos letrados brasileiros adotou a ordenação pronominal enclítica, mesmo em contextos inusuais, como em construções subordinativas e infinitivas preposicionadas introduzidas por *de*, *em* e *para*. Trata-se, portanto, de um modelo linguístico de certa forma livre da norma lusitana, todavia preso ao pensamento linguístico dominante e, certamente, comprometido com os acontecimentos políticos e com as ideologias que sustentavam as relações sociais ali estabelecidas. Nesse sentido, a preferência por construções enclíticas pode ser observada, por um lado, como ajustamento dos usos linguísticos desses grupos socialmente privilegiados às expectativas normativas. De outra parte, esse uso funciona como marcador social, que contribui para distinção das elites brasileiras, sobretudo aquelas orientadas pelos projetos nacionalistas (SANTOS SILVA, 2012; OLIVEIRA, 2013).

No plano geral, os modelos linguísticos adotados pelos letrados brasileiros funcionam adequadamente nessa sociedade organizada por relações de subordinação. Isso porque está subjacente a esse funcionamento sociolinguístico a condenação da diversidade e, sobretudo, a denegação das variedades linguísticas usadas pelos grupos iletrados (cf. PAGOTTO, 1998; BAGNO, 2002; FARACCO, 2008). Na base, estão não somente as oposições entre o *certo* e o *errado*, ou entre *língua boa* e *língua defectiva* – qualificações sustentadas pelas hierarquizações linguísticas. Opõem-se também uma *língua portuguesa* ao que é observado como “*perversão manifesta da língua*”. Nesse último caso, a variação é tomada como desvio a ser suprimido.

Sustentam-se, ainda, as diferenciações e hierarquizações das diferentes competências linguísticas e sociais. No interior de uma nação mestiça, em que a mestiçagem é considerada degeneração (SCHWARCZ, 1993; 2007), classifica-se o indivíduo e também o que ele produz.

Nas (re)leituras racialistas e biologistas, língua, cultura e raça⁷ emaranham-se, de tal modo que os usos linguísticos dos sujeitos pertencentes às raças consideradas inferiores são também socialmente classificados como produções inferiores. O limite da compossibilidade entre a classificação da competência linguística do sujeito e de sua prática linguística está dado nos próprios discursos produzidos pelos letrados, sobretudo nas últimas décadas do século XIX e início do XX.

Se for necessário algum exemplo, quando Varnhagen (1854, p. 256) afirma que os negros falam língua “cada vez mais estropiada”, com risco à educação dos jovens, que “havendo começado por aprender com eles a falar erradamente” teria sempre mais trabalho de se “desavezar de muitas locuções viciosas”, nada mais faz que vincular a variedade linguística socialmente classificada como *incorreta* à competência de indivíduos comumente classificados como *boçais*. Essa disposição não se esmaece com a abolição da escravatura, tanto que, conforme vimos anteriormente, Paulino de Brito, cerca de cinquenta anos depois, acentua a diferenciação ao avisar que não pretende “dar foro de cidade” à *língua de preto*.

Nesse lugar, toda a classificação se estabelece em quadros de disputas permanentes, conduzidos pelos grupos dominantes, que criam, pela língua, novos marcadores de distinção, exprimindo as relações de poder que organizam as práticas e a percepção das práticas (nos termos de Bourdieu, 2008, 2009) naquela sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcos Abreu Leitão de. *Ladinos e Boçais: o regime de línguas do contrabando de africanos*. 2012. 200f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 2012.

BAGNO, Marcos. Língua, história e sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 179-199.

BRITO, Paulino de. *Brasileirismos de collocação de pronomes* – resposta ao sen. Candido de Figueiredo. Livraria Azevedo: Rio de Janeiro, 1908.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *O poder simbólico*. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CYRINO, Sonia Maria. L. *O objeto nulo no português do Brasil: uma mudança paramétrica?* UNICAMP, 1990.

⁷ Vale notar que o termo raça, conforme empregado pelos teóricos racistas e racialistas, estava vinculado aos biologismos e cientificismos dos séculos XVIII e XIX.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 163-175.

FARACCO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LIMA, Ivana Stolze. A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. *TOPOI*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, p. 334-356.

_____. Língua nacional, histórias de um velho surrão In: LIMA, I. S. et al. (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 215-46

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos livres e os dois impérios: tráfico, direito e trabalho no Brasil oitocentista*, 2013. [No prelo].

OLIVEIRA, Marilza de. Pluricentrismo na arena linguística. In: SILVA, A. S. et al. (Org.). *Pluricentric languages: linguistic variation and sociocognitive dimensions*. pluricentric languages: linguistic variation and sociocognitive dimensions. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2011. p. 681-694.

_____. Colocação pronominal: índice social da elite intelectual. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS FILOLÓGICAS E LINGUÍSTICOS - SINEFIL, 5., Campo Grande, 2013. *Anais...*Campo Grande: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, , 2013.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 185-206.

_____. Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e instrumentos linguísticos 2*. São Paulo: Pontes, 1998.

PINTO, Edith Pimentel. *Português do Brasil: textos críticos e teóricos: 1820/1920*. Fontes para a teoria e a história XV-LVIII. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

RODRIGUES, José Honório. A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial, *Humanidades*, Brasília, v. I, n. 4, p. 21-41, 1993.

SANTOS SILVA, Hosana dos. *O lugar da língua na São Paulo transformada: os usos linguísticos dos intelectuais republicanos paulistas*. 2012. 378 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Hierarquias sociais, normas e variações linguísticas em São Paulo. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 42, p. 852-865, 2013.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001

_____. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1993].

SERPA, Elio. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p.81-114, 2000.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 69-106.

VARNHAGEN, Francisco A. de. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. 3.ed. integral. São Paulo: Melhoramentos, 1854-1857.

Recebido em 05/11/2015. Aceito em 14/12/2015.